# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.484 – Brasília, sexta-feira, 27 de outubro de 2006

Roosewelt Pinheiro

## Heráclito aponta contradições na campanha de Lula

Heráclito Fortes (*foto*) aponta contradições entre o discurso do presidente Lula em campanha pela reeleição e a realidade de seu governo. O senador cita como exemplo a não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo Congresso. Segundo ele, faltou empenho para isso. **Página 4**

# Congresso vai fazer cinco seminários para discutir Orçamento

### Comissão de senadores e deputados irá às cinco regiões do país para debater a proposta orçamentária de 2007

A cidade de Florianópolis sediará, no próximo dia 6, o primeiro seminário regional que a Comissão Mista de Orçamento está preparando para discutir o projeto da lei orçamentária relativa a 2007. No dia seguinte, será a vez de Belo Horizonte e, no dia 8, a discussão prosseguirá em Brasília. A penúltima rodada, em 9 de novembro, está programada para Manaus e a última, para Recife. **Página 3**

## MOZARILDO QUESTIONA VENDA DE ÁREAS NA AMAZÔNIA PARA INGLESES

Geraldo Magela

Uma notícia de que o presidente Lula pretende vender no ano que vem 331 áreas minerais para grupos ingleses que o apóiam na campanha eleitoral preocupa Mozarildo Cavalcanti. Em requerimento dirigido ao Ministério de Minas e Energia, o senador cobra informações sobre a veracidade de matéria publicada pelo *Valor Econômico*. **Página 2**

## Suassuna pede atenção para o Nordeste

Um apelo aos senadores eleitos, especialmente os representantes dos estados do Nordeste, para que não descuidem de incentivar as potencialidades econômicas da região foi feito ontem em Plenário por Ney Suassuna. Quanto à Paraíba, ele cobrou investimentos nas atividades de mineração, pesca, petróleo e gás natural. **Página 2**

Roberto Homem

Estande do Senado na 52ª Feira do Livro recebe os retoques finais para a inauguração, hoje, em Porto Alegre

## Senado participa da Feira do Livro de Porto Alegre

Uma apresentação do Quarteto da Orquestra Livre, no Teatro Sancho Pança, e uma exibição de kendô (arte marcial adaptada de lutas japonesas com espada), na Praça de Autógrafos, abrem hoje a 52ª Feira do Livro de Porto Alegre. O Japão é o país homenageado. O evento, que conta com a participação do Senado, prosseguirá até o dia 12 de novembro. Na terça-feira, às 19h, o Senado lança o livro *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, de Arsène Isabelle. **Página 2**


DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial 5362005/DR/BSB SENADO FEDERAL CORREIOS

Preocupado com a "gravidade" da informação de que governo pretende alienar terras amazônicas com jazidas, senador pede esclarecimento ao Ministério de Minas e Energia

# Mozarildo questiona notícia sobre venda de áreas minerais a ingleses

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) encaminhou ontem ao Ministério de Minas e Energia requerimento de informações sobre notícias publicadas no jornal *Valor Econômico* e no *site* Alerta Total, segundo as quais o presidente Lula pretende vender no ano que vem 331 áreas minerais brasileiras para controladores ingleses que o apóiam na campanha eleitoral.

No *site* Alerta Total, o jornalista Jorge Serrão critica Lula por acusar seus adversários de serem privatistas e afirma que um órgão ligado ao Ministério de Minas e Energia está demarcando uma área na Amazônia que atingiria Roraima, estado do senador. O jornalista, narrou Mozarildo, levanta

Geraldo Magela

**Mozarildo suspeita de uma armadilha contra as riquezas minerais do país**

suspeitas sobre a coincidência de essas terras abrigarem jazidas de níquel, cobre, diamantes, ouro, turfa e terras raras (matéria-prima para a indústria eletrônica) descobertas nos anos 70.

– Quero saber se isso procede, porque é da mais alta gravidade. Nós demarcamos terras indígenas, reservas ecológicas, aprovamos uma lei de gestão de florestas e, agora, prepara-se uma armadilha dessas com as riquezas minerais do país – protestou.

Em defesa da imagem da Polícia Federal, Mozarildo também censurou o governo pelo que considerou uso eleitoral da instituição. Para o senador, a PF se vê praticamente obrigada a convocar a mídia para divulgar seus atos, deixando a impressão para a população de que a corporação "é manipulada, mandada fazer operações, embora com o uso de ordem judicial". Ele defendeu a discussão de propostas sobre a autonomia e desvinculação da PF do Ministério da Justiça.

# Senado participa da 52ª Feira do Livro de Porto Alegre

Uma apresentação do Quarteto da Orquestra Livre de Porto Alegre, no Teatro Sancho Pança, e uma exibição de kendô (arte marcial adaptada a partir das lutas japonesas com espada), na Praça de Autógrafos, abrem hoje a 52ª Feira do Livro de Porto Alegre, que este ano tem o Japão como país homenageado. O evento, que conta com a participação do Senado, prosseguirá até o dia 12 de novembro.

A programação que a Casa preparou para a feira prevê para 31 de outubro, uma terça-feira, às 19h, o lançamento do livro *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, de Arsène Isabelle. Na mesma solenidade, ocorrerá a entrega do *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, impresso em braile, para a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Caxias do Sul.

Em 11 de novembro, um sábado, o senador Paulo Paim (PT-RS) lançará seu mais novo livro: *O rufar dos tambores*. A obra trata da vida de Paim como sindicalista, deputado e senador. Durante todo o evento, o Senado Federal mostrará ao público uma exposição de documentos históricos, que inclui o termo de posse e a carta-renúncia do presidente Jânio Quadros e as correspondências do Tribunal Regional Eleitoral comunicando as eleições de Getúlio Vargas para os cargos de deputado e senador.

O horário de funcionamento da feira de Porto Alegre é das 13h às 21h. Apenas a área infantil e juvenil iniciará suas atividades às 10h. É lá, no QG dos Pitocos, um dos espaços da área, que o servidor do Senado Josias Wanzeller da Silva apresentará o espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte* nos dias 30 de outubro, às 16h; 31 de outubro, às 16h e às 18h; 1º de novembro, às 18h; 5 de novembro, às 16h; 10 de novembro, às 16h30; e 11 e 12 de novembro, às 18h.

# Suassuna pede atenção de senadores eleitos para a economia do Nordeste

Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo aos novos senadores eleitos, especialmente os representantes dos estados do Nordeste, para que não descuidem de incentivar as potencialidades econômicas da região. Com relação à Paraíba, o senador cobrou investimentos nas atividades de mineração, pesca, petróleo e gás natural.

No caso da exploração do petróleo, Suassuna queixou-se de novo adiamento do leilão que viabilizaria a pesquisa sobre o mineral na região de Sousa (PB). Segundo informou, a previsão é de que esse município do sertão paraibano possa produzir 15 mil barris por dia. Não obstante, o parlamentar observa que a exploração na costa da Paraíba e de outros estados nordestinos pode ser ainda mais promissora.

O senador avalia a promessa de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – defendida pelos dois candidatos à Presidência da República – como prenúncio de retomada da indução ao crescimento industrial na região. Também chamou a atenção para a necessidade de estímulo ao desenvolvimento do turismo e à produção de biodiesel.

Roosewelt Pinheiro

**Suassuna: recriação da Sudene deve induzir crescimento industrial da região**

Suassuna foi aparteado pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

## Sessão destinada a debates

Às 9h, o Plenário reúne-se em sessão não-deliberativa. Sem a votação de projetos, ela é destinada a pronunciamentos, avisos da Mesa e das lideranças, leitura e apresentação de novas propostas.

## Programa *Salão Nobre*

A TV Senado apresenta hoje, às 22h45, homenagem ao ex-presidente do Senado Jarbas Passarinho. O programa *Salão Nobre* apresentará toda trajetória pessoal e política do ex-parlamentar, ex-ministro da Educação e militar da reserva.

## Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. O contato pode ser feito também pelo *e-mail* alosenado@senado.gov.br.


# JORNAL DO SENADO

**MESA DO SENADO FEDERAL**

**Presidente:** Renan Calheiros
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros
**1º Secretário:** Efraim Morais
**2º Secretário:** João Alberto Souza
**3º Secretário:** Paulo Octávio
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, e Miquéas D. de Morais
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**AGÊNCIA SENADO**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920


**PRESIDÊNCIA DA SESSÃO**

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pela senadora Heloísa Helena e pelo senador Ney Suassuna

## Projeto aumenta rigor no combate aos jogos de azar sem autorização

Pena de um a três anos de cadeia, além de multa, para quem explorar jogo de azar sem autorização legal. É o que estabelece projeto (PLS 274/06) proposto pela CPI dos Bingos, que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição também torna mais eficiente a punição nos casos de lavagem de dinheiro.

A matéria considera jogo de azar todo aquele, eletrônico ou não, em que o ganho ou a perda dependa exclusiva ou principalmente da sorte, ou toda atividade que, mediante bilhetes, listas ou meios análogos, faz depender de sorteio a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de outra natureza.

Quem repassar ou vender jogos das formas previstas na proposta ficará sujeito às mesmas sanções penais que o responsável pelas apostas. Os fabricantes de aparelhos e aqueles que compram deles incorrem no mesmo crime. A pena poderá ser aumentada em um terço se o agente for funcionário público.

## Crivella propõe aperfeiçoar lei que trata da punição à pedofilia

A aquisição de material pornográfico que contenha cenas de sexo explícito com criança ou adolescente poderá ser configurada como crime, conforme projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que deverá ser analisado em novembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposição conta com parecer favorável da relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), e receberá decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Márcia Kalume

Crivella quer tipificar como crime a compra de foto pornográfica envolvendo crianças

O projeto (PLS 109/04) acrescenta inciso ao artigo 242 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) a fim de criminalizar a conduta de quem adquire imagens pornográficas envolvendo criança ou adolescente comercializadas por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet.

Segundo o parlamentar, a proposição visa suprir lacuna na lei brasileira quanto à tipificação dos crimes de informática, "coerente com o esforço legislativo que vem sendo envidado para atender a urgente necessidade de se adequar o ordenamento jurídico penal à era digital, dando eficiente resposta à escalada dos *cybercrimes*".

De acordo com dados apresentados por Marcelo Crivella, verifica-se um aumento dos casos de pedofilia no Brasil.

## Proposta de Serys beneficia associações de moradores

As associações de moradores poderão ficar isentas do pagamento de taxas referentes a serviços notariais e de registro necessários à adaptação estatutária daquelas entidades às alterações introduzidas no Código Civil Brasileiro em 2002 e para fins de seu enquadramento como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

É o que prevê projeto (PLS 100/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a ser votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para a senadora, as associações de moradores trabalham, em geral, com parcos recursos financeiros, razão pela qual Serys defende a gratuidade para que essas entidades possam averbar, em cartório, as alterações dos seus atos constitutivos, como determina o Código Civil Brasileiro.

– As associações de moradores prestam relevantes serviços de mobilização e organização social – enfatiza.

Debates sobre a proposta orçamentária ocorrem de 6 a 10 de novembro. Cronograma da CMO prevê para quinta-feira início do prazo destinado à apresentação de emendas

# Orçamento de 2007 será discutido em todas as regiões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza em novembro seminários regionais para discussão do projeto orçamentário para o próximo exercício, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores. A proposta de Orçamento para 2007 será debatida nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, nos seguintes locais e datas:

- Dia 6/11, às 14h – Florianópolis (SC), na Assembléia Legislativa do estado, Plenário Deputado Osni Regis.
- Dia 7/11, às 10h – Belo Horizonte (MG), na Assembléia Legislativa do estado, Plenário Juscelino Kubitschek.
- Dia 8/11, às14h – Brasília (DF), na Câmara dos Deputados, Plenário 2.
- Dia 9/11, às 9h – Manaus (AM), na Assembléia Legislativa do estado, Plenário Ruy Araújo.

Roosewelt Pinheiro

Parecer preliminar de Valdir Raupp deve ser votado na quarta-feira pela CMO

- Dia 10/11, às 10h – Recife (PE), na Assembléia Legislativa do estado, no Plenário.

Na próxima terça-feira, a partir das 14h30, a Comissão Mista de Orçamento promove reunião deliberativa extraordinária. A pauta do encontro ainda não está definida.

A CMO mantém o cronograma previsto para a votação do Orçamento de 2007. Está marcado para quarta-feira o exame do parecer preliminar do Orçamento de 2007, de autoria do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O documento será votado juntamente com as emendas que foram apresentadas. O prazo poderá, no entanto, ser estendido até o dia 15 de novembro, se houver acordo nesse sentido.

Pelo cronograma da comissão, será aberto, na quinta-feira, o período para a apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária, que vai até 16 de novembro. A apresentação, a publicação, a distribuição e a votação dos relatórios setoriais estão marcadas para até 29 de novembro e a votação do relatório final na Comissão de Orçamento para até o dia 6 de dezembro.

O encaminhamento do texto para votação no Plenário do Congresso Nacional está programado para o dia 11 de dezembro. O projeto aprovado deverá ser consolidado até dia 22 para ser submetido à sanção presidencial.

## Bancos no Código de Defesa do Consumidor

Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para a reunião do próximo dia 7 consta o projeto que altera a Lei do Sistema Financeiro Nacional para submeter as instituições financeiras às normas e penalidades estipuladas pelo Código de Defesa do Consumidor.

O texto (PLS 355/05), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), é relatado por Serys Slhessarenko (PT-MT). A matéria também será examinada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Segundo a relatora, que deu parecer favorável ao projeto, as instituições financeiras são consideradas fornecedoras, conforme definição do Código de Defesa do Consumidor, pois lucram com a atividade de captar recursos no mercado e os repassar.

Serys ressalvou, no entanto, que o princípio constitucional de defesa do consumidor não pode ser interpretado de modo a invadir a incidência da lei complementar destinada a regular o sistema financeiro, nem a afetar os instrumentos de política monetária, como a oferta de crédito e a estipulação de taxas de juros, que são atribuições do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

Consta ainda da pauta da CAE projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que altera o plano de benefícios da Previdência Social, restabelecendo direitos dos aposentados que retornarem ou permanecerem em atividade (PLS 464/03).

O autor propõe que sejam restabelecidos, para esses casos, o recebimento do auxílio-acidente; a transformação da aposentadoria comum em acidentária; e a possibilidade de concessão de pensão acidentária aos dependentes, em caso de morte do beneficiário. A matéria conta com parecer favorável do relator e não é terminativa na CAE. Se aprovada, deverá ser apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Entre os demais itens em pauta destaca-se a proposta que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos automotores destinados exclusivamente ao transporte de cargas (PLS 278/04); a que altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas (PLS 249/04); a que cria conselhos tripartites para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais (PLS 248/04); e a que inclui a obrigatoriedade de identificação do apostador nas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal (PLS 322/04). Todos os textos são terminativos na CAE.

A comissão examina ainda, entre outros, o projeto que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PLS 82/06) e o que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar (PLS 392/03). A mensagem do Executivo que trata da programação monetária para o quarto trimestre do ano também deverá ser votada na CAE.

Para senador, bancada governista, que teve força para evitar a cassação de deputados petistas, não demonstrou o mesmo empenho na votação da LDO

# Heráclito vê contradição entre discursos de Lula e seu governo

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apontou ontem, da tribuna, contradições entre o discurso do presidente Lula na campanha pela reeleição e a realidade de seu governo. O parlamentar citou, por exemplo, a não-aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Conforme o senador, não houve empenho do governo para promover a votação da matéria. Salientou que, ao evitar a cassação de deputados petistas, os governistas mostraram ter força suficiente para aprovar a LDO.

Heráclito protestou contra o que chamou de caráter "messiânico" do candidato Lula, que sugere importação de alimentos caso haja alta nos preços. Para o senador, ao dizer isso, o presidente mostra ignorar regras básicas de economia.

– Se tivéssemos uma crise no setor alimentício, se o mercado tivesse que aumentar o preço, Lula resolveria tudo numa canetada, importando produtos. Ele não tem a menor noção do que uma atitude como essa resultaria para o Brasil.

Roosewelt Pinheiro

**Heráclito Fortes teme implantação do autoritarismo caso Lula seja reeleito**

O parlamentar fez uma previsão sombria para os próximos quatro anos, com a implantação do autoritarismo, caso ocorra o que classificou de "desastre eleitoral nas urnas neste domingo", referindo-se à possibilidade de Lula sair vitorioso.

O pefelista criticou ainda os institutos de pesquisa e seus dirigentes. Para Heráclito, os institutos cometeram erros no primeiro turno das eleições. Ele afirmou também que os programas eleitorais, com suas "pirotecnias", e os marqueteiros, com sua "genialidade", manipulam os candidatos de tal forma que o processo eleitoral perde a transparência.

Heráclito disse que coordenou a campanha do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, no Nordeste, e viu nele um homem simples e honrado, com "garra, juventude e disposição" para enfrentar as diferenças sociais existentes no país, além de ter ocupado os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual e federal, vice-governador e governador de São Paulo.

**Polícia Federal**

O senador criticou a Polícia Federal pela operação realizada na quarta-feira no Pará, no quarto de hotel em que se encontrava o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sob a alegação de investigar denúncia do PT sobre distribuição de jornal supostamente apócrifo. Disse ter sido vítima de episódio semelhante em Barreirinhas (MA), também motivado por denúncia do PT, o que envolveria interesses eleitorais do juiz que ordenou a busca e apreensão.

# Segurança, reforma política e cultura são bandeiras de Marconi

O ex-governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB-GO), ao tomar posse no Senado, trará – para apresentar e defender em forma de projetos de lei – idéias baseadas em programas que desenvolveu no seu estado e agora pretende estender para todo o Brasil.

Eleito em 1º de outubro com 2.035.564 votos (75,82% dos votos válidos de Goiás), Marconi Ferreira Perillo Júnior ficou conhecido em 1999, ao tomar posse, aos 36 anos, como o mais jovem governador eleito no Brasil.

Marconi afirmou que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição destinada a vincular um percentual mínimo das receitas da União, dos estados e municípios para o custeio e a manutenção da segurança pública.

– Essa vinculação será nos moldes que já existem para as áreas da educação e da saúde – adiantou.

Outras bandeiras a serem defendidas pelo senador eleito são a discussão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), a criação de um programa que obrigue a União a universalizar projetos de inclusão digital nas escolas e a regulamentação da implementação de bolsas universitárias em âmbito nacional.

O desenvolvimento do agronegócio e de todo o setor produtivo em geral são também temas que serão defendidos por ele.

Célio Azevedo

**Marconi Perillo quer estender para todo o Brasil programas que implantou em Goiás**

– Vou trabalhar muito em defesa do agronegócio. Pretendo também apresentar propostas para fortalecer o setor produtivo no Brasil e o interesse dos trabalhadores – destaca Marconi.

O ex-governador promete ainda defender a cultura e a reforma política. Nesse sentido, ele afirma ser favorável à redução do número de partidos, à fidelidade partidária e à permanência do instituto da reeleição para cargos do Poder Executivo.

O senador eleito vê, na expressiva renovação do Congresso nas últimas eleições, uma resposta da sociedade aos inúmeros escândalos e denúncias de corrupção.

– É preciso resgatar o espírito republicano de pessoas como Rui Barbosa, que representava uma época de princípios éticos e compromissos públicos – ressaltou.

# Câmara terá 193 deputados em primeiro mandato

Dos 513 deputados federais eleitos este ano, 279 (54,4%) renovaram o mandato, 41 (8%) foram deputados em legislaturas anteriores e 193 (37,6%) representam nomes novos na Câmara. Em 2002, havia 16 partidos representados na Casa, e, este ano, 21 deles elegeram deputados. Algumas legendas não alcançaram a votação necessária para superar a cláusula de barreira.

O partido que mais cresceu neste pleito foi o PMDB, que passou de 70 deputados eleitos para 89, a maior bancada eleita em 2006. A Câmara lembra que esses números podem mudar em função de possíveis impugnações de nomes pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O PT, com 83 deputados eleitos em 2006, representa a segunda maior bancada, mas encolheu desde 2002, quando elegeu 91 deputados. O PSDB, com 66 deputados eleitos em 2006, aumentou sua bancada, que era de 63 em 2002. O PDT também viu sua bancada crescer de 18 deputados em 2002 para 24 em 2006, enquanto o PV passou de seis empossados em 2002 para 13 eleitos em 2006.

Luiz Alves/CD

**Dos 513 parlamentares que compõem a Câmara, 54,4% foram reeleitos este ano**

A legenda que mais perdeu deputados foi o PTB, que, em 2002, empossou 41 e, em 2006, somente elegeu 22, uma redução de 19 nomes. O PL diminuiu sua bancada em 12 nomes, uma vez que elegeu 23, quando havia empossado 34 em 2002. Já o PFL perdeu 11 deputados: 76 foram empossados em 2002 e foram eleitos somente 65 em 2006.

Muitos partidos variaram pouco entre 2002 e 2006. O PP passou de 43 para 41, o PSB de 28 para 27, o PPS de 21 para 22, e o PCdo B de 12 para 13. Em função da cláusula de barreira e das fusões de partidos para escapar de seus efeitos, esse quadro não é definitivo. O TSE ainda não decidiu, exatamente, que regras de cláusula de barreira vai utilizar.

# Cristovam propõe transferir lucros da Caixa para fundo de habitação

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto para que a Caixa Econômica Federal transfira ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social metade dos dividendos mínimos que o banco paga ao Tesouro Nacional (PLS 2/06). O valor previsto no Orçamento de 2006 para esse fundo é de R$1 bilhão. A transferência total de dividendos da Caixa para o Tesouro chegou a R$ 737 milhões.

Cristovam afirma que "é necessária a provisão de recursos a título de subsídio ou de assistência financeira, a exemplo do que ocorre em muitos países de economia avançada".

O senador observa que a lei que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei 11.124/05), gerada pelo primeiro projeto de lei de iniciativa popular submetido à deliberação do Congresso, em 1990, somente foi aprovada em 2005.

Nessa longa tramitação, ressalta, foram enfrentadas grandes dificuldades para criar os meios orçamentários necessários à composição do fundo. Essas dificuldades decorrem, segundo a justificação do autor, dos compromissos governamentais com a estabilidade fiscal e o combate ao déficit público.

Geraldo Magela

**Cristovam: a provisão de recursos a título de subsídio ou de assistência é necessária**

– Do confronto entre a demanda de comunidades carentes e a rigidez da política econômica surgiram como fontes efetivas para a operacionalização dos programas habitacionais de interesse social apenas o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) e dotações do Orçamento Geral da União – destaca o senador.